

Decolonialidade editorial como outros saberes, seres e subjetividades: povos indígenas no jornal *Lampião da Esquina*

Cândida de Oliveira¹
Muriel Emídio Pessoa do Amaral²

Resumo

A noção de decolonialidade editorial articula o intuito de certas publicações em reconfigurar diretrizes editoriais para além de práticas jornalísticas alinhadas à matriz eurocêntrica e neoliberal. Com aporte teórico e metodológico dos estudos decoloniais e indígenas, aprofundam-se aspectos da decolonialidade editorial, observando-os na cobertura dos povos indígenas realizada pelo jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981). Ao propor narrativas e cenas que conferem dignidade, pertencimento e visibilidade pública e política aos indígenas e sua cultura, o jornal realiza práticas decoloniais de saber, de ser e de subjetividades, distanciando-se de práticas biopolíticas ocidentais, tanto em relação a sexualidades e identidades, quanto às práticas do jornalismo.

Palavras-chave: Estudos decoloniais e indígenas. Decolonialidade editorial. *Lampião da Esquina*.

Editorial decoloniality as other knowledges, beings and subjectivities: indigenous peoples in the *Lampião da Esquina* newspaper

Abstract

The notion of editorial decoloniality articulates the intention of certain publications to reconfigure editorial guidelines beyond the journalistic practices of Eurocentric and neoliberal matrix. With theoretical and methodological support from decolonial and indigenous studies, aspects of editorial decoloniality are deepened and observed in the coverage of indigenous peoples in the *Lampião da Esquina* newspaper (1978-1981). By proposing narratives and scenes that confer dignity, belonging and public and political visibility to indigenous people and their culture, the newspaper realizes decolonial practices of knowing, being and subjectivities, distancing itself from Western biopolitical practices in relation to sexualities, identities and practices of journalism.

Keywords: Decolonial and indigenous studies. Editorial decoloniality. *Lampião da Esquina*.

¹ Professora colaborada do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestre e Doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de São Catarina (UFSC). E-mail: candida.oliveira07@gmail.com.

² Professor colaborador do Departamento de Jornalismo da UEPG. Mestre e Doutor em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru). Doutorado sanduíche em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro. Pós-doutor em Jornalismo pela UEPG. E-mail: murielamaral@yahoo.com.br.

Introdução

A noção de decolonialidade editorial refere-se, neste artigo, ao intuito de certas publicações em reconfigurar as diretrizes editoriais para além das práticas jornalísticas e discursos previamente elaborados acerca dos acontecimentos, alinhadas ao modelo comunicacional de matriz eurocêntrica e neoliberal, comumente empregados na grande imprensa. Trata-se de um posicionamento que confronta tais lógicas em busca de uma articulação com saberes outros e perspectivas acolhedoras da diversidade social, e que impacta nas escolhas de temas e assuntos a serem noticiados, nas abordagens e angulações, nos modos de contar.

A reflexão é parte de uma agenda de pesquisa que procura observar práticas e produtos jornalísticos sob a ótica do pensamento decolonial em diálogo com o campo comunicacional, a partir de estudos de pensadores latino-americanos. Tal percurso envolve o desenvolvimento dos estudos decoloniais nas ciências sociais, a relação com outras áreas do conhecimento até a formulação da decolonialidade no campo da comunicação (AMARAL, 2021) e análise da decolonialidade no jornalismo, tomando-se como exemplo o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981).

Desde sua criação, em abril de 1978, a publicação apresentou características decoloniais ao trazer no projeto editorial a necessidade de cobrir questões sexuais, raciais, étnicas, feministas e ambientais. De acordo com Trevisan (2004), *Lampião da Esquina* foi o primeiro jornal homoerótico do país, criado e produzido por um grupo de jornalistas, intelectuais e artistas homossexuais do Rio de Janeiro e de São Paulo. O jornal circulou até 1981, totalizando 38 edições.

Aquela época, já discutia a homossexualidade pelo viés interseccional, promovendo uma pluralidade de representações e discursos (AMARAL, 2022). A publicação rompeu barreiras de comportamento impostas pelo aparelho moral repressor da ditadura militar, causando polêmicas ao empregar a linguagem comum à cultura homoerótica, por exemplo. Procurou, desde o número zero, tratar temas como homossexualidade, discriminação racial, artes, ecologia, machismo e outros considerados “secundários” pelos agentes do Estado, elites e mídia hegemônica (TREVISAN, 2004).

Desse modo, o jornal atuou na resistência à ditadura e ao aparato opressor e violento que os militares empregaram, à época, contra homossexuais, travestis, prostitutas e outras pessoas consideradas “pervertidas”. Insurgiu-se, portanto, contra a tecnologia do biopoder operada pelo Estado ditatorial, que fez também do sexo políticas

de disciplinarização e normalização dos comportamentos considerados “desviantes”. Além disso, destacou práticas e realidades dos povos indígenas como pertencentes ao debate público e político, indicando diversidade de posicionamentos e promoção da alteridade ao tratar também de assuntos étnicos.

Diante disso, este estudo busca aprofundar aspectos da decolonialidade editorial, propondo uma discussão da manifestação de posicionamento decolonial no jornal *Lampião da Esquina* quando este realiza, em específico, a cobertura jornalística dos povos indígenas. Para tanto, toma como material de análise a edição número 8, de janeiro de 1979, que trouxe artigos e reportagens sobre assuntos como a demarcação de terras, a maternidade e a sexualidade indígenas.

O trabalho ancora-se teórica e metodologicamente no pensamento decolonial sobre a configuração de saberes, subjetividades e processos de produção de conhecimento do mundo. Destaca estudos decoloniais indígenas, trazendo contribuições de Krenak (2019, 2022) e de Gonzaga (2020). Diante do reconhecimento de que os modos ocidentais hegemônicos de conhecer, imaginar e ver o mundo fracassaram e se mostram ineficientes para solução dos desafios globais atuais, Krenak (2019, 2022) salienta que os saberes indígenas se mostram relevantes para imaginar o futuro e recriar outros mundos, pois defendem a construção de narrativas plurais, de sonhos e insurgências possibilitadores da transfiguração de pessoas em conjunto com o mundo. Para Gonzaga (2022), os estudos decoloniais sobre comunidades indígenas devem ser inseridos numa perspectiva que transgrida e supere o passado colonial e as orientações propostas pelo cientificismo eurocentrista. A leitura decolonial introduz, portanto, “a temática indígena como referencial para construção de novos conhecimentos e novas práticas de relações humanas e com o meio ambiente” (GONZAGA, 2022, p. 148).

O reconhecimento da decolonialidade editorial na publicação sustenta-se também nos estudos decoloniais postulados por Maldonado-Torres (2018), Mignolo (2014) e Ballestrin (2013), que apresentam reflexões epistemológicas voltadas à decolonização de saberes e subjetividades. Recorre-se às demonstrações do feminismo decolonial e da decolonialidade indígena para compreender que as relações étnico-raciais e de gênero não se limitam aos esquadros de representação burguesa, branca e heteronormativa. A partir disso, observa-se que o trabalho desenvolvido pelo jornal rompe com o exercício de poder que usa a sexualidade e o racismo como mecanismos de disciplina, normalização e exercício do direito de vida e de morte como biopoder (FOUCAULT, 2005, 1999).

A decolonialidade editorial presente no jornal dialoga ainda com as reflexões de Torrico (2015, 2016, 2019) acerca da decolonialidade na comunicação e no jornalismo enquanto processos que reconfiguram saberes e modos de representação. Além de pensar em outras configurações epistemológicas a partir da realidade latino-americana, Torrico (2019, 2016) elabora conceitos que se adaptam às condições locais e não hierarquizam os processos comunicacionais, bem como valorizam as personagens das narrativas como dignas de pertencimento à visibilidade pública e política.

O trabalho considera que o jornal *Lampião da Esquina* apresenta movimentos de decolonialidade editorial ao alcançar outras searas como violência, feminismo e questões étnicas e raciais. Além disso, a decolonialidade editorial contempla a visibilidade de grupos e sujeitos que se encontram às margens do reconhecimento público e político, oferecendo sentidos e representações apartados de estereótipos e representações atribuídas pelo senso comum. Compreende-se que o jornal também pode ser considerado decolonial ao “desnaturalizar representações e práticas convencionais da imprensa homoerótica em diálogos que rezam pela pluralidade de temas que envolvem os assuntos pertinentes à América Latina” (AMARAL, 2022, p. 169). Assim, não apenas desejo e erotismo foram pautas do jornal, mas também questões políticas e de interesse público.

186

Pensamento decolonial e contribuições indígenas

Os estudos decoloniais partiram da necessidade de reconfigurar os processos, sentidos e modos sobre a produção de conhecimento e saberes que foram silenciados ao longo de anos de dominação e violência. Segundo Mignolo (2014), a modernidade estabeleceu relações de dominação ao consolidar os conhecimentos e saberes construídos em diálogo com as referências eurocêntricas, brancas, burguesas e capitalistas como universais. Pela ótica do autor, esse movimento não apenas limitou os mecanismos de desenvolvimento para a produção de conhecimento, como naturalizou essas referências, e também fomentou a violência em silenciar os valores e repertórios fora dos esquadros considerados convencionais.

Para Costa-Gómez (2014), a modernidade estabeleceu o *punto cero* como marco para considerar quais formas de conhecimentos e saberes alicerçados pela ciência positiva e pelo conhecimento a par dos códigos burgueses, capitalistas e eurocêntricos seriam considerados como válidos. As formas de conhecimento que não orbitassem entre

as referências modernas, segundo Costa-Gómez, se limitariam à condição de *doxa*, ou seja, seriam apenas opiniões:

O resto do conhecimento historicamente utilizado pela humanidade ao longo dos milênios é visto como anedótico, superficial, folclórico, mitológico, “pré-científico” e, em todo o caso, como pertencente ao passado do Ocidente [...]. O ponto zero seria então a dimensão epistêmica do colonialismo, que não deve ser entendida como um simples prolongamento ideológico ou “superestrutural” do mesmo, como queria o marxismo, mas como um elemento pertencente à sua “infraestrutura”, como algo constitutivo (COSTA-GÓMEZ, 2014, p. 92, grifos do autor, tradução nossa)³.

A proposta decolonial é uma proposta política de reconhecimento que também propõe aspectos de visibilidade. Para Ballestrin (2013), a intenção de reconfigurar os códigos morais foi denominada como giro decolonial, e passou a incluir saberes, identidades e conhecimentos para contemplar a diversidade e pluralidade de representações e identidades. Assim, grupos e comunidades latino-americanos, africanos, asiáticos e pertencentes a espaços periféricos foram contemplados enquanto sujeitos que também produzem conhecimento e suas ações são consideradas políticas.

Ao relacionar a noção de subjetividade às dimensões da colonialidade e da decolonialidade, Maldonado-Torres (2018) observa que quando a universalidade é tomada como pressuposto, a natureza humana é reduzida a uma única possibilidade, um modelo que é sustentado dentro da perspectiva e cultura europeia, que é considerada/alardeada como sendo a forma exclusiva daquilo que seria uma experiência plena da vida. Esse ideário, aderente à narrativa histórica dos colonizadores, portanto, eurocêntrico, propiciou a construção de um padrão de humanidade incapaz de acessar as múltiplas possibilidades de existências. Desse modo, criou certa aparência de normalização do ser humano, que toma como referência central o europeu, masculino, branco, cristão, heteronormativo, sem deficiência, detentor dos meios de produção, e é alçado como modelo de “Homem”/de “humanidade”. Destarte, saber, ser e poder se articulam, no paradigma colonial, inserindo lógicas coloniais na subjetividade e afixando o sujeito colonizado em determinados lugares. A decolonialidade, por sua vez, exige uma

³ No original: “El resto do conocimiento desplegado históricamente por la humanidad durante milenios son vistos como anecdóticos, superficiales, folclóricos, mitológicos, ‘precientíficos’ y, em cualquier caso, como pertenecientes al pasado de Occidente [...] El punto cero sería entonces la dimensión epistémica del colonialismo, lo cual no debe entenderse como una simple prolongación ideológica o ‘superestructural’ del mismo, como quiso el marxismo, sino como un elemento perteneciente a su ‘infraestructura’, como algo constitutivo”.

concepção de subjetividade que faça o sujeito subalternizado emergir como ator político, pensador, criador e ativista.

Também fazendo críticas a esse modo de pensar as subjetividades, Krenak (2019, 2022) afirma a necessidade de insurgência contra a ideia de igualdade e humanidade preconizadas pelo pensamento eurocêntrico. O autor refuta a ideia de “igualdade” entre os seres humanos, colocando em questão o tipo de “humanidade” construída nas sociedades latinas. Para ele, se a humanidade é homogênea, se não permite pluralidades, ela acaba por excluir e criar periferias do ser, do saber, do viver; ela se torna (des)humanidade que consome subjetividades (KRENAK, 2019). Daí a necessidade de transfigurar corpos e modos de viver em *confluências* com a terra, reconhecida como um organismo vivo diverso do qual fazemos parte e está em constante metamorfose (KRENAK, 2022).

Gonzaga (2022), por sua vez, propõe o decolonialismo indígena como instrumento pedagógico de desconstrução de mitos construídos pelo paradigma eurocêntrico. Segundo o autor, a colonização não apenas envolveu a invasão física do território, mas também a imposição de valores, crenças e formas de organização social que foram impostas aos povos nativos. Salientando o mecanismo de invasão cultural como modo de colonizar o ser, o autor afirma que a decolonialidade implica a “procura da superação dos mais diferentes formatos de opressão praticados em face das classes e dos grupos subalternos pelo conjunto de agentes, das relações e estruturas de controle e discriminação” (GONZAGA, 2020, p. 144). Trata-se, segundo o autor, daquilo que Catherine Walsh traduziu como um esforço de transgressão, deslocamento e negação da ontologia, epistemologia e cosmogonia-espiritual que sustenta o poder da colonialidade.

Desse modo, a decolonialidade indígena pode ser entendida como um conjunto de práticas e pensamentos que procuram descolonizar comunidades indígenas ao desfazer formas de opressão e dominação formadas em movimentos de violência. Envolve a luta contra o racismo, a discriminação sofrida pelos povos indígenas, a luta pela terra e pelos direitos territoriais e a defesa de direitos indígenas como formas de promover justiça social e igualdade para os povos originários, reconhecendo e respeitando sua história, cultura e direitos. Implica assim a afirmação de práticas e cosmovisões dos povos indígenas, a revitalização e valorização de suas culturas e modos de vida, assim como de suas formas de organização social e política.

A partir do feminismo decolonial é possível também compreender a diversidade e pluralismo de vivências e experiências de mulheres. Lugones (2020), por exemplo, acredita que o sistema que abarca as representações de gênero e estabelece os papéis e representações é uma condição colonizadora que condiciona quais grupos e sujeitos são civilizados ou não. Na visão da autora, ao colonizador cabe a representação humana e aos colonizados a situação desumanizada e dessubjetivada. Essa relação foi fundamental para que a autora pensasse questões de gênero associadas a questões étnicas e raciais, reconhecendo a existência de estruturas que impõem padrões heteronormativos — isto é, a heterossexualidade como modelo de normalidade — ligadas às práticas capitalistas.

Por outro ponto de vista, não muito distante, Gonzalez (2020) apresenta que as demandas feministas de mulheres pretas e periféricas não são contempladas nos estudos e propostas desenhadas por feministas brancas, estadunidenses ou europeias. Indica que há outras nuances que devem ser levadas em consideração que não foram pensadas pelas pensadoras do norte global. Ainda no campo das discussões sobre gênero e sexualidade, a decolonialidade diz da reformulação dos desejos para além dos padrões previamente estabelecidos e da quebra de binômios de heterossexuais/homossexuais, homem/mulher. Para Ferrara-Blanquet (2015), a decolonialidade também se expressa na pluralidade do desejo e experiências para além da heteronormatividade universalizante.

Tais perspectivas confluem com o conceito de alianças afetivas, pensado por Krenak (2022), para definir relações que pressupõem afetos e produção de sentidos entre mundos não iguais. Essas alianças não reclamam por igualdade, ao contrário, reconhecem a intrínseca alteridade em cada ser, introduzindo uma desigualdade radical “diante da qual a gente se obriga a uma pausa antes de entrar” (KRENAK, 2022, p. 42). Nesse sentido, a decolonialidade implica um abrir-se para cosmovisões que valorizam todos os seres, sejam eles quais forem, de modo a reconhecer-lhes a existência única.

Indígenas nas páginas de *Lampião da esquina*

Ao trazer as questões e assuntos indígenas como temática principal na edição de número 8, de janeiro de 1979, o jornal *Lampião da Esquina* materializa a ideia de decolonialidade editorial. A cobertura teve a chamada de capa “Índios/eles eram puros, saudáveis e transavam numa boa/aí chegou o homem branco e então...” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 1). A reportagem aborda as leis de proteção aos povos indígenas,

desde as primeiras implantadas no começo do século XX, as quais, naquela época, segundo o jornal, foram desrespeitadas e alteradas para dar espaço às especulações e movimentações agrícolas, até o resultado da implantação do Estatuto do Índio⁴, em vigor desde 1973, mas que não era cumprido integralmente na época da publicação da edição. Além disso, a cobertura traz relatos de estudiosos e estudiosas da cultura indígena que contemplam observações do cotidiano de indígenas e a relação com a sexualidade.

O primeiro texto da cobertura refresca a memória de leitores e leitoras sobre o compromisso do jornal em oferecer voz às minorias entendidas não apenas como homossexuais, mas também negros, indígenas, feministas e outros grupos sociais, quando afirma: “LAMPPIÃO da Esquina, que desde o número zero, apresentou-se como um jornal de minorias e destacou os índios como uma das minorias a ser prioritariamente defendidas dá, neste número, sua contribuição à luta geral em favor da sobrevivência do índio brasileiro” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 5, grifo do autor). O excerto remete ao editorial “Saindo do gueto”, publicado na edição de número zero, no qual o jornal defendia a pluralidade e diversidade de representações, bem como a garantia de direitos a outros grupos sociais que se encontram fora do esquadro de visibilidade política.

O texto que abre a cobertura oferece indícios de interseccionalidade não apenas ao citar os povos indígenas, mas também ao relatar como foram representados desde o exotismo do tempo das grandes navegações, colocando-se contrário a essa abordagem. Ao mesmo tempo, salienta a necessidade de contemplá-los em políticas públicas de assistência social. O texto também apresenta a relação com a sexualidade e identidades:

[...] o índio deve ser apresentado não como um ser mítico, o senhor da floresta, mas como um povo que tem sua cultura própria. Uma cultura cuja base principal é a harmonia com a natureza, uma harmonia tão completa que abrange o sexo: entre eles, este é fonte de alegria e prazer em todas as suas formas (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 5).

⁴ Segundo Gonzaga (2020, p. 3), foi no contexto de surgimento do movimento indígena, nos anos 1970, que “o termo ‘índio’ passou a ser utilizado como um instrumento de luta e como uma maneira de se identificar com aqueles que estavam em sintonia de pensamento”. O que explica o uso do termo no nome de órgãos e políticas estatais, bem como na Constituição Federal de 1988 e nos discursos que denotam uma visão romantizada da identidade indígena. Porém, o autor nota que o uso da palavra “índio” por grande parcela da sociedade brasileira engloba um sentido pejorativo, de desdém, traduzindo uma conotação ideológica que reforça preconceitos contra indígenas, pois os desqualificam, associando-os a características negativas e estereótipos que não correspondem à diversidade, riqueza e humanidade dos povos originários. Por isso, na atualidade, reconhece-se a necessidade de se diferenciar os termos “índio” e “indígena” e de se empregar o segundo como denominação correta.

A decolonialidade editorial se apresenta na edição em tela pelo empenho do jornal em abordar a temática indígena em um veículo de temática homoerótica. Ao fazer essa abordagem, a publicação abre espaço para a pluralidade e diversidade de discursos e representações, indicando que diferentes marcadores identitários não se dão de modo estanque, mas se articulam, se atravessam, se sobrepõem.

A matéria de Katie van Scherpenberg (1979), intitulada de *Terra de Papagalorum*, apresenta questões de demarcações de terras a povos indígenas ainda no período colonial e como a identidade desses povos foi alterada ao longo dos anos, deixando rastros de desumanização e violência que trafegou de figura exótica e pacífica “ao repúdio que hoje se verifica no atual sistema em que vivermos” (SCHERPENBERG, 1979, p. 5). Ela acredita que a mudança à identidade conferida aos povos originários ocorreu a partir da necessidade de estabelecer a demarcação de terra. Para a autora, houve interferência da moral colonizadora ao estabelecer que as vidas fora dos parâmetros eurocêntricos e burgueses poderiam ser aniquiladas. Ela afirma que a divisão de terras, na época das capitanias hereditárias e colonização, foi “arbitrária e ‘legal’ somente em termos europeus de ocupação, [...] nunca tomou o índio em consideração como um ser respeitável, legítimo dono destas terras divididas” (SCHERPENBERG, 1979, p. 5).

O trecho da reportagem denota as considerações de Mignolo (2014) sobre a modernidade e a colonialidade enquanto faces da mesma moeda que atuam para a legitimação da violência ao promover o silenciamento e apagamento de manifestações alheias à moral eurocêntrica. A violência contra os povos indígenas pôde ser acompanhada com o desaparecimento das comunidades no litoral e no interior do país. Segundo Scherpenberg (1979), a posse das terras por parte dos colonizadores fez com que a dinâmica cultural da comunidade fosse alterada, provocando o deslocamento das tribos para outras áreas a fim de manter a subsistência, ignorando as características da terra ocupada por uma tribo.

De acordo com a reportagem, a relação entre o espaço, o indígena e a sua cultura leva em consideração questões de territorialidades e é uma das formas de “garantir a sua sobrevivência em termos de ser humano, e que, por isso mesmo deve ser objeto do maior respeito” (SCHERPENBERG, 1979, p. 5). A relação de territorialidade e cultura sublinhada no texto suscita os conceitos desenvolvidos por Torrico (2019) acerca da comunicação ser alter(n)ativa e ex-cêntrica. Ao trazer culturas que estão às margens de visibilidade midiática, a reportagem trata o tema como alter(n)ativo, pois abre a

possibilidade de desenvolvimento da alteridade por meio de uma ação transformadora que, no caso, é o reconhecimento da necessidade de se valorizar as questões territoriais e culturais que envolvem os povos indígenas. Assim, ao valorizar signos culturais e conhecimento desses povos, a reportagem fomenta aspectos de alteridade e respeito pelos indígenas. Trata-se de ex-cêntrica por promover grupos e sujeitos que se encontram no limbo do reconhecimento público e político de uma maneira contrária à excentricidade com que indígenas são comumente representados.

A reportagem de Scherpenberg chama a atenção também pelo descaso histórico quanto à necessidade de demarcação de terras indígenas. A autora relata que no começo do século XX havia certo interesse do governo federal em realizar esse movimento, formalizado no decreto 8.072, de 1910, que criou o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais, cuja finalidade era resolver problemas de invasão de terras indígenas e posseiros, tendo Cândido Mariano da Silva Rondon como primeiro diretor. O respeito à identidade e a proteção ao patrimônio cultural e territorial das comunidades indígenas eram premissas da instituição. Todavia, com as alterações ao longo dos anos, outros decretos entraram em vigor, como, por exemplo, o decreto 62.196, de 1968, que instituiu a Funai, então denominada Fundação Nacional do Índio, hoje Fundação Nacional dos Povos Indígenas, mas não garantiram uma política indigenista condizente às demandas de reconhecimento e direito dos povos originários.

Mesmo sendo criada para acompanhamento do bem-estar e direitos dos povos indígenas, a Funai, como relata a reportagem, enfrentava dificuldades de manter suas atividades devido aos poucos recursos financeiros e pessoais à época — cenário não muito distinto do modo como se deu a gestão do órgão nos últimos anos no Brasil atual. A autora relaciona esses aspectos da política indigenista então vigentes com o capitalismo enquanto moral contemporânea, sublinhando como tal ideologia atinge também a cultura indígena enquanto relação com a terra e valores. Assim, indica que a emancipação de sujeitos indígenas, como pretendia o governo federal e defensores de tal política, acaba sendo um processo de violência e desmonte cultural por interferência de capital estrangeiro e de especulação.

A verdade é que, uma vez emancipado, o índio será mais um cidadão brasileiro, sem casa, nem terra, habilitando-se teoricamente a comprar por meio do B.N.H. [Banco Nacional de Habitação], a sua possibilidade de sobrevivência mediante juros e correção monetária a correr durante anos e mais anos. Para ter direito sobre a terra, terá que pagar, em

dinheiro, por esse direito, num sistema em que ele, como tantos outros, já nasce marginalizado, sem poder realmente aspirar a ser remunerado adequadamente para que tal direito possa ser respeitado (SCHERPENBERG, 1979, p. 5).

A necessidade de transformar a cultura dos povos indígenas em signos burgueses promove, segundo Silvio Coelho dos Santos (1979), em outra reportagem no jornal, etnocídio. A ideia desenhada pelo autor não diz respeito apenas à morte biológica, mas enquanto existência que perde visibilidade política e permanece vulnerável à violência ao não ter as referências culturais respeitadas:

Tragédia que agora deseja-se transformar em etnocídio, através da implantação de um projeto de decreto que tornará o índio, não índio. Ou seja, que tornará o índio “cidadão pleno” deste país, incorporando-o, pelo menos, a outros 60 milhões de pessoas que têm padrão de vida miserável, decorrente dos baixos salários que conseguem auferir. [...] índio se torna, para o Governo, um problema profundamente humano, na medida em que ele se conscientiza das mudanças e os problemas daí decorrentes e começa a questionar, dentro da lógica da cultura branca, estas próprias mudanças (SANTOS, 1979, p. 5).

193

O trecho da matéria vai ao encontro das considerações de Torrico (2019) quando este considera que a colonialidade degradou a cultura de povos originários. O autor assinala que a violência cometida contra esse grupo não visa apenas o extermínio, mas também o epistemicídio, ou seja, a eliminação também de saberes outros e das formas de construção desse conhecimento alheio às estruturas de poder.

A reportagem escrita por Santos (1979) apresenta ainda críticas quanto às formas de desapropriação de terra indígenas para a construção de barragens na instalação de usinas hidrelétricas. Informa que as áreas indígenas apresentam grande potencial para o comércio de madeira, o que provoca desmatamento e exploração madeireira, algo que ocorre com anuência de autoridades responsáveis pelo bem-estar desses povos. Devido aos movimentos de etnocídio e epistemicídio, os povos indígenas são obrigados a se emanciparem, porém, ser emancipado não é uma escolha, mas uma única possibilidade para permanecerem vivos, como aponta a reportagem:

O índio tem que passar a usufruir um direito dele e não um direito sobre ele que lhe tolhe todas as ações. Creio, pois, que é necessário repensar o índio no discurso oficial. E para tanto, é preciso repensar toda a Nação brasileira, tornando-a pluralista, multi-étnica, plurinacional e efetivamente democrática. Sabemos que o projeto de emancipação em nada contribui para o indigenismo que efetivamente desejamos, nem tampouco trará vantagens reais para os índios (SANTOS, 1979, p. 6).

Pelo viés de gênero, há outra reportagem que, por meio de relato, apresenta a relação entre a comunidade indígena e sujeitos que se assemelham às travestis, denominados como kudinas. O texto traz informações e vivências que nem sempre integram o expediente clássico da produção de reportagens e notícias. Produzido por Darcy Ribeiro (1979), o relato expõe percepções de uma das suas visitas à comunidade indígena Kadiwéu. Antes de apresentar as práticas homoeróticas na comunidade, o antropólogo e sociólogo aborda outra experiência no Xingu, Amazonas, ao narrar que uma criança indígena ateou fogo na aldeia em que morava e que o gesto não causou represálias. Ele percebeu a mesma tolerância na comunidade Kadiwéu quanto aos kudina, que são homens que decidem se tornarem mulheres. “O kudina é um homem-mulher, ou um homem que decidiu ser mulher. Ele se veste como mulher, pinta o corpo como uma mulher — e menstrua” (RIBEIRO, 1979, p. 7). O autor não menciona como seria a menstruação deste grupo, mas aponta que todo o ritual que as mulheres indígenas passam em períodos menstruais também são vivenciados por pessoas kudinas, como o isolamento até o fim do ciclo e os hábitos de conversa. Assim, as kudinas também são respeitadas pela sua condição:

[...] kudina é uma figura absolutamente aceita, integrada no grupo. Significa apenas uma possibilidade de condição humana que a tribo incorporou e até institucionalizou. O grupo reconhece que eles em geral são grandes artistas. São aceitos como os guerreiros. Estes, sim, andam um tanto confusos, vagando pela tribo, esperando a guerra. Mas não vem a guerra e eles não fazem coisa nenhuma (RIBEIRO, 1979, p. 7).

Pelo relato, não há distinção pela orientação sexual ou pela identidade assumidas, diferentemente do tratado dado às travestis na cultura urbana/ocidental que, não raro, ocupam espaços marginalizados e de prostituição, além de serem alvos de violência.

Outra matéria, em forma de relato, traz experiências de gênero na cultura indígena com base em trecho traduzido do livro *Keep the river on your right*, de autoria de Tobias Sebnebaum. A obra aborda experiências em comunidades indígenas da América Latina, de hábitos canibais, e os trechos veiculados no jornal dizem respeito a povos peruanos. O relato veiculado faz referência aos trabalhos de parto, bem como à dinâmica de cuidado com as mulheres grávidas e traços da sexualidade masculina. O relato é explícito na descrição do momento do parto, expondo que a mulher se distancia da comunidade para dar à luz apenas com auxílio de outras mulheres:

A gestante cavou um buraco. Ela se ajoelhou por cima do buraco, com as pernas bem abertas. Deixou escapar um gemido, enquanto uma massa úmida escorregava do meio de suas pernas. A seguir, cantou longamente, em tom altíssimo, até que outra mulher veio e ajoelhou-se a seu lado. Depois que a mãe apanhou o bebê, ambas taparam o buraco. Segui-as em direção ao rio, onde elas lavaram a criança. Pegaram o corpo de um filhote de jaguar que já estava por ali e deixaram que o sangue da garganta aberta escorresse sobre a cabeça da criança (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979b, p. 6).

Além de falar dos rituais que envolvem o parto na comunidade indígena, o relato indica a naturalidade com que a sexualidade entre os homens indígenas acontece, com traços de homoerotismo:

Eu me deitei com os outros homens, no nosso compartimento. Fiquei pensando nos desenhos que tinha feito, enquanto olhava Michii [possivelmente o indígena que é pai para criança que nasceu] pentear seus cabelos com uma espécie de vagem cheia de espinhos. Meu amigo Darinimhiak começou a rir baixinho. Pôs-se a dar tapas nas costas e nas coxas de Michii. Agarrou o pênis do outro, esticou-o e acariciou-lhe os testículos. Inclinou-se depois sobre mim, deu uma palmada na minha perna e puxou meu pênis pela cabeça. Apontou para a mulher que dera à luz, recostou-se sobre as costas de Michii e abraçou-o por detrás, dizendo-me que o companheiro tinha se tornado pai. Michii não manifestou qualquer sinal de orgulho ou prazer. Mesmo tendo a mulher e a criança a uns três metros dele, na beirada do fogo mais próximo, não fez qualquer movimento de curiosidade. Depois de comer, Michii levantou-se e saiu. No caminho, passou pela criança, e só então lançou-lhe um rápido olhar (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979b, p. 6).

O jornal trata a sexualidade de modo decolonial ao não abordar o desejo e as identidades como universais, contrapondo-se às regras das artimanhas desenhadas pelas práticas de biopoder, apresentadas por Foucault (1999), de compreender a sexualidade como dispositivo de poder. Nas cenas apresentadas nos trechos do livro, vivenciadas por Tobias Sebneebaum, o toque entre dois homens não caracteriza obrigatoriamente homossexualidade, nem afeta a masculinidade e os valores de paternidade. O modo de compreender o desejo e a vontade de conhecer o corpo apresentados na comunidade indígena escapam e são interpretados como desprendimento de signos e valores que moldam corpos, subjetividades e desejos enquanto processos universais, uma maneira de decolonizar o erotismo, compreendido como um:

[...] desenraizar a colonialidade do ser, do saber e do sentir que ainda intervém em parte das nossas respostas sensoriais, emocionais, sexuais e eróticas, em muitas das posições críticas do pensamento e nas relações interpessoais estabelecidas no

seio das comunidades e com as instituições coloniais (FERRERA-BLANQUET, 2015, p. 13, tradução nossa)⁵.

Desse modo, ao trazer a experiência do autor, o jornal não apenas retrata movimentos comportamentais, mas decoloniza as sexualidades e as identidades ao fragmentar o pressuposto da dicotomia entre homem/mulher, heterossexualidade/homossexualidade e outros pares para identificar e considerar identidade binárias. Desse modo, o jornal expande conceitos e movimentos para além das condições cristalizadas acerca do entendimento das sexualidades no universo ocidental, branco e colonizado.

Considerações finais

Ao veicular as reportagens sobre a demarcação de terra indígenas, as experiências de Tobias Sebneebaum apresentadas em livro e os relatos de Darcy Ribeiro, o jornal *Lampião da Esquina* dialoga com movimentos que podem ser denominados como decolonialidade editorial que, no caso, expressam as vivências e a cultura de povos indígenas. Primeiramente, a publicação considera o conhecimento e as práticas fora dos esquadros do universo ocidental como dignos de reconhecimento público e político.

Em grande medida, os trechos dialogam com a ideia de Torrico (2015, p. 61) de desenvolver a comunicação não-ocidental, ou seja, “mais humano, social, comunitário, inclusivo, humanizador e democratizante” (tradução nossa)⁶. Para o autor, a comunicação ocidental, baseada na modernidade e positivista, desenvolveu perspectivas lineares e autorreferenciais à comunicação ao tratar personagens e acontecimentos com objetivos capitalistas industriais e considerar os valores, relatos, experiências, sujeitos e grupos alheios aos signos convencionais como desmerecedores de visibilidade e reconhecimento. Ao trazer os aspectos culturais, identitários e de gênero, o jornal promove referenciais que foram silenciados por uma questão de dominação.

Na mesma esteira desse pensamento, o jornal também pode ser considerado como alter(n)ativo e ex-cêntrico pela perspectiva de Torrico (2019), como já assinalado. Ao apresentar a realidade de comunidades indígenas latino-americanas, *Lampião da*

⁵ No original: “desarraigar la colonialidad del ser, del saber y del sentir que aún interviene parte de nuestras respuestas sensoriales, emotivas, sexuales y eróticas, muchas de las posturas críticas de pensamiento y las relaciones interpersonales establecidas dentro del interior de las comunidades y con las instituciones coloniales”.

⁶ No original: “más humano, social, comunitario, inclusivo, humanizador y democratizante”.

Esquina desenvolve a alteridade ao abordar as vivências de povos originários sem traços de espetacularização e sem pará-los como grupos exóticos ou agressivos. A alter(n)atividade reconhece o valor político das experiências indígenas ao considerá-las como dignas de visibilidade e como método de construção de conhecimento e saber.

Enquanto demonstrações de alargamento das práticas de erotismo e sexualidade, o jornal traz expressões que caminham às margens das estruturas biopolíticas ao apresentar que as identidades e os comportamentos não se encontram em condições marmorizadas. Destarte, o jornal executa movimentos de decolonialidade de saber, de ser e de subjetividade ao veicular cenas que se situam distantes das preposições de controle e disciplina ocidentais, tanto em pontos sobre as sexualidades e identidades, como também nas práticas do jornalismo.

Referências

AMARAL, M. E. P. Lâmpião da Esquina: decolonial e alter(n)ativo. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 21, n. 39, p. 159-170, 2022. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/788>. Acesso em: 12 mar. 2023.

AMARAL, M. E. P. Notas sobre o pensamento decolonial e os estudos da comunicação. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 471-487, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/181765>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CASTRO-GÓMEZ, S. El lado oscuro de la “época clásica”: filosofía, ilustración y colonialidad en el siglo XVIII. In: MIGNOLO, Walter *et al.* **El color de la razón: racismo epistemológico y razón imperial**. 2. ed. Buenos Aires: Del Signo, 2014. p. 89-113.

FERRARA-BLANQUET, R. M. Introducción: Ts'aak (Sanar) erótico decolonial. In: FERRARA-BLANQUET, R. M *et al.* **Andar erótico decolonial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2015. p. 13-20.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 38-51.

GONZAGA, A. A. **Decolonialismo indígena**. 2. ed. São Paulo: Matriosca Editora, 2022.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. **O futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Aprendendo com os índios. **Lampião da Esquina**, São Paulo, ed. 8, janeiro 1979, p. 5.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Na selva peruana. **Lampião da Esquina**, São Paulo, ed. 8, janeiro 1979b, p. 6.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Saindo do gueto [editorial]. **Lampião da Esquina**, São Paulo, ed. 0, abril de 1978, p. 2.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: COSTA, J. B.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 37-53.

MIGNOLO, W. Introducción. *In*: MIGNOLO, W. *et al.* **El color de la razón: racismo epistemológico y razón imperial**. 2. ed. Buenos Aires: Del Signo, 2014. p. 9-18.

SANTOS, S. C. Nas raízes da tragédia. **Lampião da Esquina**, São Paulo, ed. 8, agosto de 1979, p. 5.

SCHERPENBERG, K. V. Terra de Papagalorum. **Lampião da Esquina**, São Paulo, ed. 8, janeiro de 1979, p. 5.

RIBEIRO, D. Repressão: essa ninguém transa. **Lampião da Esquina**, São Paulo, ed. 8, janeiro de 1979, p. 7.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. rev. e amp. São Paulo: Objetiva, 2018.

TORRICO, E. Para uma comunicação ex-cêntrica. **MATRIZES**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 89-107, 2019.

TORRICO, E. La comunicación en clave latinoamericana. **Chasqui**, Quito, n. 132, p. 23-36, 2016.

TORRICO, E. La “comunicación occidental”. Eurocentrismo y Modernidad: marcas de las teorías predominantes en el campo. **Journal de Comunicación Social**, Bogotá, n. 3, v.3, p. 41-64, 2015.

Submissão: 16 de mai. 2023

Aceite: 21 de jun. 2023.